

# Melhora nas contas públicas

O resultado das contas do setor público – incluindo as do governo central, dos Estados e municípios – no primeiro trimestre foi surpreendente, em especial no que se refere ao resultado primário, que acusou superávit muito maior do que o previsto no acordo com o FMI de março passado e uma redução do déficit nominal, o que ajudou a reduzir o endividamento público. O desempenho de março refletiu-se na captação de recursos externos, especialmente pela renovação das linhas de crédito internacionais, e na criação das condições favoráveis à retomada do crescimento econômico.

O superávit primário foi de R\$ 4,2 bilhões em março e de R\$ 9,2 bilhões no trimestre, superando em R\$ 3,2 bilhões a meta trimestral de R\$ 6 bilhões acertada com o FMI. A dívida líquida do setor público diminuiu de R\$ 500,8 bilhões, em fevereiro, para R\$ 470,3 bilhões, em março, em decorrência do impacto da progressiva diminuição da taxa cambial sobre a dívida pública expressa em dólar.

Pela primeira vez desde que esses indicadores começaram a ser levantados, o setor público brasileiro registrou, no mês de março especificamente, um superávit nominal de R\$ 11,915 bilhões, pelo critério de competência. Esse resultado explica-se pela variação da taxa de câmbio. Quando houve a desvalorização cambial, a dívida total aumentou já que uma parte dela é em dólar. O aumento foi exagerado por causa do "overshooting". Quando se verificou a queda da taxa de câmbio, a dívida diminuiu. A redução da dívida teve um efeito contábil equivalente a uma economia de juros de R\$ 7,02 bilhões, que se somou ao superávit primário de R\$ 4,2 bilhões. O grande superávit primário e a queda da taxa cambial permitiram reduzir a dívida líquida do setor público de 51,9% do PIB para 48,2% do PIB, abaixo dos 52,2% do PIB

que eram a meta indicativa fornecida ao FMI, em março. O crédito doméstico líquido, em abril, a ser anunciado segunda-feira pelo chefe do Depec, também se ajusta às metas acordadas com o FMI.

O déficit nominal do setor público, no período de 12 meses concluído em março, continua sendo muito elevado, embora tenha diminuído – passou de 13,9% do PIB, em fevereiro, para 12,3% do PIB, em

março. O fato de ter sido muito alto no primeiro bimestre deve-se a que o governo contabilizara, em janeiro e fevereiro, todo o impacto desfavorável da desvalorização cambial sobre

as contas públicas. À medida que o real se valoriza, esse impacto se reduz. Quando forem divulgadas as contas de abril, os números poderão de novo ser favoráveis, pois o dólar voltou a cair: no final de março, ele era cotado a R\$ 1,72, recuando para R\$ 1,67 em abril.

O chefe do Depec observou que foram registradas, no primeiro trimestre, algumas receitas extraordinárias, que contribuíram para os resultados positivos. Entretanto, elas já haviam sido, em parte, previstas no memorando ao FMI. As metas estabelecidas no memorando foram extremamente conservadoras, o que aumenta a probabilidade de que possam ser de fato cumpridas.

A divulgação dos resultados das contas públicas em março melhora a imagem interna e externa do governo. Isso pode ser evidenciado pela facilidade com que voltaram a ser colocados no mercado títulos prefixados, enquanto se reduz o volume dos títulos com correção cambial. Todos esses fatos favorecem a política de redução da taxa de juro – que permitirá a reativação da economia, o que levará à redução do déficit público e a reduzir o ritmo de crescimento do déficit da Previdência.

Tudo indica que o governo está conseguindo, a curto prazo, recuperar sua credibilidade.

**O superávit do  
trimestre superou  
largamente a  
meta fixada no  
acordo feito com o  
FMI em março**